

O perigo da recessão

ECON - Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

11 FEV 1987

Quando assumiu o governo, em circunstâncias pouco confortáveis, o presidente José Sarney garantiu não se afastar do compromisso de assegurar ao país as oportunidades de crescimento. O presidente, que assumia o lugar antes destinado a Tancredo Neves, deixou claro que a recessão não seria a alternativa para a solução dos problemas nacionais. As metas do novo governo, que a alguns pareceram impossíveis, não deixaram de ser perseguidas desde o primeiro momento. Mas foi só a partir da implantação do Plano Cruzado, há um ano, que se chegou a vislumbrar uma oportunidade mais concreta para se almejar esse objetivo.

A possibilidade de zerar os índices inflacionários e de se fortalecer o parque produtivo do país com o investimento dos recursos antes aplicados no mercado financeiro, constituiu-se em alento. Em princípio, com o apoio recebido pelo Plano Cruzado por parte da população, imaginou-se que havia-se encontrado a forma de livrar o país do martírio inflacionário sem jogar na recessão a economia. O desenrolar dos acontecimentos, entretanto, mostrou que o parque produtivo nacional não tinha como se adequar, de maneira tão rápida, ao vertiginoso crescimento da demanda. Foi assim que o Cruzado congelou os preços, aumentou o poder aquisitivo dos salários mais baixos, mas em contrapartida fez os produtos desaparecerem.

Agora, depois do Cruzado II e do III, o país volta a estar ameaçado de conviver com níveis inflacionários idênticos, ou até superiores, aos que se verificavam antes de fevereiro do ano passado. E se as medidas empregadas naquela oportunidade não têm como ser repetidas, a nação vive em expecta-

tiva, à espera de que seja definida a nova estratégia econômica governamental. Toda expectativa gera inseguranças e, desta forma, a indecisão atinge hoje desde o mais humilde investidor até as mais sólidas empresas. Planejar a aplicação dos recursos constitui-se em dificuldade que atinge a todos.

Há pouco tempo, o presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Mário Amato, afirmara que o que não pode continuar acontecendo é não acontecer nada. Na verdade, as palavras do dirigente empresarial refletem a vontade de todo o conjunto da nação, que está à espera da definição de um caminho. Protelar-se a aplicação do tratamento a um doente pode dar ao médico a oportunidade de não ministrar o remédio errado. Ele pode também ganhar tempo para encontrar o diagnóstico perfeito. Só que quando isso acontecer o doente poderá, então, já ter morrido.

Se a adoção de medidas é urgente, por um lado, por outro não parece ser do desejo da nação ver o país mergulhado no castigo da recessão, como forma de sanar seus males. Impor restrições econômicas que possam levar à falência generalizada, ao desemprego e ao caos seria a maneira de curar o mal matando o doente.

Ontem, processou-se no governo mais uma mudança, com a saída de Fernão Bracher da presidência do Banco Central, que será ocupada por Francisco Roberto Gros, ex-diretor do BNDES, onde foi auxiliar do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A primeira missão do novo presidente do BC deverá ser o combate às taxas de juros que já chegam ao astronômico índice de 1000 por cento. Taxas tão elevadas inviabilizam os investimentos, além de ameaçarem levar o país à recessão.